



Aos trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira

# **REVISÃO DAS CARREIRAS ESPECIAIS DA AT GOVERNO QUER IMPOR A FUSÃO DAS CARREIRAS E A POLIVALÊNCIA**

No passado dia 9 de fevereiro a FNSTFPS (Federação) teve a 1ª reunião na SEAF, na qual estiveram em representação do Governo, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF) da AT, o Subdiretor Director Geral (SDG), responsável pela área da Gestão dos Recursos Humanos da Autoridade Tributária e Aduaneira, e uma representante da DGAEP.

A Federação reafirmou a exigência de igual tratamento neste processo negocial relativamente às outras associações sindicais, conforme aliás a lei prevê, e considerou que, antes destas reuniões para permitir uma discussão com os trabalhadores, deveriam ser enviados para a Federação os documentos que nos vão ser apresentados.

O Secretário informou que nesta 1ª fase do processo não vão enviar documentos para a Federação, tendo em conta que esta reunião e as seguintes têm um carácter exploratório. A ideia é recolher sugestões da Federação relativamente ao que pensa sobre revisão das carreiras especiais da AT, para a construção de uma proposta que vai conter as sugestões politicamente aceites na proposta que será apresentada pelo governo para negociação.

Acrescentou ainda que na segunda fase do processo negocial serão respeitados todos os passos da negociação coletiva estabelecidos na lei, e que o mesmo será iniciado com apresentação à Federação de uma proposta do Governo para revisão das carreiras especiais da AT.

A Federação reafirmou as suas posições:

- Que considera extemporânea a negociação das carreiras da AT, antes de ser feita uma avaliação da Autoridade Tributária e Aduaneira
- Que este processo de revisão das carreiras não pode por em causa a manutenção das duas carreiras especiais, considerando a sua especificidade e o melindre das suas áreas de atuação, não fundíveis e que não aceitará a desvalorização das mesmas nem para os trabalhadores que já estão na AT, nem para os que entrarem de novo.
- Que a integração dos suplementos FET e FEA nos salários sendo uma reivindicação antiga dos trabalhadores que tem que ser concretizada, até porque não tem custos associados e que não aceitamos que seja feita a sua fusão, porque as raízes do seu financiamento e os seus objetivos são diferentes e todos os trabalhadores devem manter o direito aos mesmos
- Da necessidade urgente de dotar os mapas de pessoal com o número de trabalhadores efetivamente necessário em todas as carreiras e categorias especiais ou gerais para que a AT responda com eficiência às suas atribuições e sejam respeitados os direitos dos trabalhadores.

**Não obtivemos resposta sobre a necessária avaliação dos ganhos de eficácia decorrentes da criação da AT, considerando, contrariamente ao que foi afirmado pelo SEAF, que 6 anos passados sobre essa criação, é tempo mais do que suficiente para fazer uma avaliação séria, não se compreendendo o medo do poder político em concretizá-la.**

Relativamente ao processo de fusão das carreiras, - sem nunca usar a palavra "fusão", e não foi por acaso - o SDG, apresentou um esboço verbal das novas carreiras da AT, que estabelece duas áreas base, a partir das quais seriam construídas as novas carreiras, uma a que chamou de gestão tributária e aduaneira e outra de inspeção / verificação tributária e aduaneira.

Que prevê dois níveis dentro de cada uma dessas áreas base, grau de complexidade nível 3 (licenciados) e grau de complexidade nível 2, e pretendem manter as carreiras gerais, as carreiras de informática, economistas, juristas.

Foi ainda informado pelo SDG ser intenção incluir no diploma o Sistema de Avaliação Permanente e a Formação Profissional, apresentando uma ideia, que não é nova, da criação de uma Academia para a AT, na qual seriam formados os novos quadros da AT, uma formação de base comum e com especialização baseada nos perfis de competências de gestão tributária e aduaneira, e outra de inspeção / verificação tributária e aduaneira, ideia que para nós tem subjacente a intenção de imposição de polivalência.

O SDG Conclui afirmando que pretendem “Pensar no futuro garantindo os direitos adquiridos”. A Federação afirmou não ver nenhuma bondade neste conceito, pois ele serve para afirmar que o Governo não pretende valorizar as carreiras especiais da AT e também de afirmar que os novos trabalhadores vão ser, para já, as primeiras vítimas da desvalorização em curso.

**A Federação considerou que para além da Avaliação Permanente e da Formação Profissional, existem matérias que pela sua importância para os trabalhadores devem ser vertidas no projeto de diploma, nomeadamente a regulamentação de transferências e de concursos de promoção, que a nosso ver, dada a especificidade das áreas em causa, são de difícil compaginação com os critérios constantes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.**

Relativamente aos suplementos o governo mantém a sua posição de discutir fora do processo de revisão de carreiras. Esta posição confirma que é incerto para os trabalhadores a manutenção do direito aos suplementos, direito que só fica garantido com a sua integração nos salários.

Quanto à falta de pessoal, mais uma vez vimos o SDG a concordar com este facto, mas não ouvimos qualquer resposta para solucionar este problema que afecta o funcionamento dos serviços e põe em causa os direitos dos trabalhadores de todas as carreiras e categorias da AT.

**A Federação voltou a firmar a exigência da reposição do vínculo de nomeação definitiva para todos os trabalhadores da AT tendo em conta às funções de soberania que desempenham.**

Nesta reunião ficou claro para a Federação que o objetivo central do Governo é fazer uma fusão das 16 carreiras especiais Tributária e Aduaneira, sem olhar às suas especificidades, e que estamos perante a imposição de uma aplicação cega do famigerada Lei 12-A/2008 que compactou em três carreiras centenas de carreiras gerais para baixar os custos de trabalho, desvalorizar as suas funções e aumentar a polivalência - pondo assim de parte uma dinâmica de futuro para a AT, com uma aposta forte na valorização do seu recurso mais valioso, os seus trabalhadores.

**Porque a discussão do Estatuto do Pessoal da AT é um assunto determinante para o nosso futuro profissional, do qual faz parte a discussão das nossas carreiras especiais, e governo do PS tem as condições políticas para ir mais longe, devemos usar todos argumentos para pôr em causa o projeto de fusão das mesmas que nos está a ser imposto, é importante que os batalhadores da AT enviem para Federação os seus contributos.**

**Temos que estar unidos e preparados para a luta sectorial e geral na Administração Pública, a força dos trabalhadores é fundamental.**

## **A Luta é o Caminho!**

**MOBILIZA E PARTICIPA NA MANIFESTAÇÃO NACIONAL DE SINDICATOS DA FRENTE COMUM DE SINDICATOS NO PRÓXIMO DIA 16 DE MARÇO. MANTÉM-TE INFORMADO!**

# **SINDICALIZA-TE!**

**Fevereiro/2018  
FNSTFPS**



**Sindicato dos Trabalhadores em  
Funções Públicas e Sociais do Norte**

Rua Vasco de Lobeira, 47/51  
4249-009 Porto

tel 225574060  
fax 225507257  
email [geral.porto@stfpsn.pt](mailto:geral.porto@stfpsn.pt)  
site [www.stfpsn.pt](http://www.stfpsn.pt)